



Trabalho, Educação e relações de gênero: como enfrentar as desigualdades?

Luiza Rangel*¹ rangel.luiza@gmail.com (PQ) Amanda Peixoto (PQ), Maria Angélica Alves Maciel de Oliveira (PQ), Mariana Germano (PQ)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

RESUMO: O artigo apresenta as primeiras análises da pesquisa “Profissional da educação no século XXI: jovens mulheres, problemas e desafios” desenvolvida na Universidade Estadual de Goiás – UEG, desenvolvida com o objetivo de analisar o espaço que as mulheres ocupam no processo educacional e nas relações de trabalho, em tempos da produção flexível. Para tanto, buscou estabelecer um perfil e ouvir o relato dos acadêmicos do curso de Pedagogia, para compreender como esses discentes re/constroem suas subjetividades por meio das suas memórias vivenciadas no processo de escolarização e como se apresentam às configurações de gênero em sua profissão. Para alcançar o objetivo proposto recorreu-se a uma pesquisa qualitativa, bibliográfica com aplicação de questionários. Entre os diferentes autores pesquisados, destacam-se os olhares de Lúcia Helena Rincón Afonso (2005) que explora as imagens da mulher e trabalho na telenovela brasileira e Flávia Biroli (2018) sobre Gênero e Desigualdades e a divisão sexual do trabalho. Nas considerações finais evidencia-se que homens e mulheres participam do mercado de trabalho em condições diferentes e que a trajetória da mulher nos espaços educacionais é marcada por desigualdades, o que reforça a importância do debate sobre as relações de gênero na sala de aula.

Palavras-chave: Desigualdades. Gênero. Pedagogia. Educação. Trabalho.

Introdução

Este artigo apresenta as primeiras análises da pesquisa que buscou compreender o espaço que as mulheres ocupam no processo educacional e nas relações de trabalho, em tempos da produção flexível. Nesta perspectiva, as discussões contidas neste estudo fazem parte do projeto de pesquisa “Profissional da educação no século XXI: jovens mulheres, problemas e desafios” desenvolvida na Universidade Estadual de Goiás – UEG, Campus Luziânia.

O debate que envolve as relações de gênero, ganhou destaque na formulação das políticas públicas, e está presente em toda sociedade, incluída aí a sala de aula. Com a abertura democrática que o país vivenciou a partir de 1988, com a

¹ rangel.luiza@gmail.com



constituição cidadã, vivemos um momento em que é permitido novos olhares e mudanças.

Por isso, a participação e conscientização da mulher na área de educação são decisivas como forma de desconstruir as desigualdades de gênero que ainda prevalecem em nosso país. Uma vez que as mulheres ocupam a maioria dos espaços no campo da educação, entendemos ser necessário que a escola e o professor se envolvam nos debates sobre relações/igualdade de gênero. Sobretudo, porque essas relações estão estruturadas, em nossa sociedade, como uma máquina de provocar desigualdade (Auad, 2012).

Soma-se a este entendimento o fato de que dos 2,2 milhões de professores que lecionam até o Ensino Médio, 1,8 milhões são mulheres. Enquanto que, nas universidades onde o salário é maior, elas representam 45,28% e os homens 54,72%².

Já na Educação Infantil as mulheres chegam a ser quase a totalidade dos profissionais de educação. Dos 320.321 professores de pré-escola, 304.128 são mulheres, contra apenas 16.193 homens, número quase 19 vezes maior. Nas creches, a proporção supera 40 vezes, são 266.997 mulheres e 6.642 homens. Nestes espaços os salários são menores e as condições de trabalho muitas vezes são precárias.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que é preciso reconhecer as conquistas das mulheres no campo da educação e no mercado de trabalho, são muitos os desafios no presente para garantir às mulheres igualdade na ocupação dos diferentes espaços sociais, uma vez que as desigualdades de gênero ainda caracterizam o mercado de trabalho, as relações familiares e as políticas públicas no país.

O presente estudo tem como objetivo contribuir com esse debate tendo como foco principal analisar qual o espaço que as mulheres ocupam no processo educacional e nas relações de trabalho, em tempos da produção flexível.

² Dados extraídos do relatório Sinopse Estatística da Educação Básica referente ao Censo Escolar 2017.





Tendo como ponto de partida a premissa de que a escola, através da prática docente, pode se constituir como um espaço para promover transformações no sentido da igualdade a partir do respeito às diferenças, o campo da educação torna-se um espaço privilegiado para construção da igualdade de gênero. Mas será que hoje temos professores capacitados para trabalhar as relações de gênero em sala de aula? O espaço acadêmico tem privilegiado essa temática? qual o espaço da mulher no processo educacional e nas relações de trabalho? Os profissionais da educação compreendem essa importância?

Assim, o presente estudo é uma contribuição ao debate sobre a trajetória da mulher no campo da educação, e na tentativa de enfrentar os desafios da igualdade de gênero nas relações de trabalho e nas políticas educacionais.

Material e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido, predominantemente, numa *abordagem qualitativa de pesquisa*, considerando a sua natureza e o seu objeto, a saber, o estudo das práticas pedagógicas, buscando identificar e analisar se os futuros profissionais da educação são capazes de fazer a crítica da situação de sua profissão na sociedade, do ponto de vista de classe, de gênero e da produção flexível.

Inicialmente, foi organizado um quadro teórico contendo um panorama das produções acadêmicas sobre este tema. Os dados foram levantados na Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Luziânia, entre os alunos do curso de pedagogia. Esta escolha tem o propósito de caracterizar, analisar e comparar como as questões de gênero e trabalho (produção flexível) foram repassadas, assimiladas e incorporadas às rotinas acadêmicas dos professores e alunos em duas situações: uma que vivenciou a experiência enquanto aluno de graduação e a outra, criada no contexto do exercício profissional no mundo globalizado.

Os questionários foram aplicados visando caracterizar o grupo que participou da pesquisa e colher suas impressões e suas experiências nos processos formativos, tendo como foco as repercussões das questões de gênero e trabalho (produção flexível) nas práticas pedagógicas e no contexto maior da educação.

Resultados e Discussão

A mulher sempre exerceu um papel destacado na história da educação, seja na educação informal se dedicando aos cuidados dos filhos, seja na educação formal onde ocupa mais de 80% dos postos de trabalho na atualidade. Na Paidéia Grega, ao desenvolver sua concepção de uma comunidade estatal e um Estado educador, Platão defende a ideia de que somente da melhor educação será possível derivar o melhor estado, e na construção da *República* propõe uma nova condição às mulheres.

Por meio da educação espera-se que a mulher alcance um novo patamar na sua existência diferente da forma como vivia antes. Ao propor que as mulheres comecem a receber a mesma educação antes reservada somente aos homens, Platão vai além e sugere que as mulheres também passem a ocupar funções, cooperando de forma criadora na vida da comunidade e não mais apenas dentro da família, como acontecia. Os homens na rua, as mulheres em casa, assim se resumia a vida social na Grécia antiga, uma vida social doméstica, dominada pelo homem, com um regime patriarcal e escravagista. A mulher dependia do homem, não participava do governo da cidade, vivia confinada no gineceu, (parte da casa destinada as mulheres) supervisionando o trabalho dos escravos, tecendo, cozinhando e cuidando dos filhos pequenos. As meninas recebiam uma educação pobre e voltada para a submissão, enquanto os meninos eram educados de forma integral corpo e espírito, visando serem transformados em guerreiros, artistas e cidadãos conscientes.

O início da educação das mulheres no Brasil, assim como na Grécia, acontecia dentro da família. Durante a fase colonial brasileira, a educação pode ser resumida sobre duas perspectivas: (a) religiosa, a educação jesuítica³; (b) aristocrática, de cunho privado, voltada para atender os filhos da elite dominante. A educação feminina, quando ocorria era direcionada exclusivamente as prendas domésticas. Com a independência, a educação da mulher passou a ser ministrada

³ Com a expulsão dos jesuítas em 1759, a soma dos alunos de todas as instituições jesuíticas não atingia 0,1% da população brasileira, pois delas estavam excluídas as mulheres (50% da população), os escravos (40%), os negros livres, os pardos, filhos ilegítimos e crianças abandonadas (MARCÍLIO, 2005, p.3).



nas escolas femininas, mas estas davam mais ênfase aos trabalhos manuais que à leitura, escrita e aritmética. Em meados do Sec. XIX foram fundadas as primeiras escolas normais, representando uma oportunidade de continuidade dos estudos e formando professores para a prática docente, estas escolas eram frequentadas majoritariamente por mulheres.

Embora a mulher tenha conquistado mais espaços e venha buscando igualdade profissional, seu trabalho muitas vezes ainda é visto como algo secundário, complementar ao orçamento doméstico, o que demonstra que, em nossa sociedade, o homem ainda é considerado o principal provedor da família. Quanto às carreiras profissionais, aquelas que oferecem condições favoráveis à mulher são as de menor prestígio, salários mais baixos e que desperta pouco interesse dos homens, como é o caso do magistério.

Para conhecer o perfil do profissional da educação no Brasil a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), realizaram uma pesquisa que apresenta o retrato atual dos professores brasileiros. Realizada nas 27 unidades da federação, a pesquisa foi construída a partir de questionários respondidos por 5.000 professores, que representam um universo expandido de 1.698.383 profissionais, sendo 82% da rede pública e 18% da rede privada. O estudo revela que 81,4% são mulheres e 18,6% são homens, com idade média de 38 anos. Como mencionado anteriormente e com o objetivo de conhecer o perfil dos alunos matriculados no 3º ano do curso de Pedagogia, aplicamos um questionário no primeiro dia de aula. Em uma turma com 38 alunos matriculados, 32 responderam ao questionário.

Num primeiro bloco de análise que teve como foco as questões referentes à faixa etária, sexo e ao local de residência, identificamos semelhanças com o perfil dos professores brasileiros como vimos acima no estudo realizado pela UNESCO. Os dados coletados revelaram que a maioria dos acadêmicos (53,12%) está na faixa etária que compreende dos 19 aos 25 anos; (28,12%) está na faixa etária que compreende dos 26 aos 31 anos (9,3%) está na faixa etária que compreende dos 40 aos 43 anos e (6,2%) não informaram a idade. Considerando que esses alunos



estão cursando o penúltimo ano do curso, ao concluírem o curso de pedagogia no ano de 2017, ingressarão ainda jovens no mercado de trabalho. Tornando-se, portanto, jovens professores.

Os dados apresentados no estudo da UNESCO indicam que a média de idade dos docentes brasileiros é de 37,8 anos, em comparação com o quadro internacional onde a grande maioria dos docentes dos países pertencentes à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e os de alguns países da União Européia, têm mais de 40 anos de idade. (UNESCO, 2004, p. 47). O estudo coloca os professores brasileiros como relativamente os mais jovens. E os futuros professores formados no curso de pedagogia da UEG-LUZIÂNIA confirmam essa tendência.

Ainda, segundo o Censo da Educação Superior organizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), no período de 2001 a 2010, as mulheres mantiveram a liderança na ocupação de vagas nas instituições de ensino superior públicas e particulares. Dados relativos aos últimos dez anos mostram que, em 2001, as mulheres representavam 56,3% dos estudantes matriculados, em 2010 ocuparam 57% das vagas. O mapa comparativo dos alunos que concluíram a graduação nos dez anos analisados também mostra desempenho superior das mulheres. Em 2001, 62,4% dos estudantes que terminaram a faculdade eram do sexo feminino; em 2010, 60,9%.

O número de pesquisadoras também está crescendo, até 2003 o país formava mais doutores do que doutoras, numa proporção de 50,2% para 49,8%. Em 2008 o país formou 51% de doutoras, para 48% de doutores. Ainda, conforme o estudo "Doutores Brasileiros Titulados no Exterior (1970 - 2014)", as doutoras tituladas no exterior representam, desde 2012, mais de 60% dos brasileiros que obtiveram esse título em outros países (CGEE, 2016).

Nos cursos de Pedagogia as mulheres continuam ocupando 95% das vagas, utilizando como exemplo o curso de Pedagogia da UEG-Luziânia, inscreveram-se no processo seletivo 2014/1 8 (oito) homens e 100 (cem) mulheres, sendo classificados 5 (cinco) homens e 35 (trinta e cinco) mulheres. Atualmente a turma do 3º ano do curso de pedagogia da UEG-Luziânia de 2016, é composta por 38 (trinta e oito)



estudantes, dos quais 35 (trinta e cinco) são mulheres e 3 (três) são homens. Não é preciso realizar uma pesquisa para constatar que a maioria dos (as) estudantes que ingressam na graduação em pedagogia pertence ao sexo feminino, embora a presença masculina também se faça notar. Mas é preciso questionar sobre o processo inverso desta relação nos cursos de pós-graduação e em cargos de direção.

A maioria destes cargos são ocupados por homens, inclusive de outras áreas de formação. Conforme aponta Silva (2011), “um exemplo disso se revela nas entrevistas realizadas com os coordenadores dos cursos de Pedagogia analisados: dos três, dois são homens. O que isso está nos dizendo?” (SILVA, 2011. p.29). Por que o curso de Pedagogia, na sua formação inicial, mantém o predomínio feminino e, quando olhamos para a gestão encontramos um quadro diferente?

A situação apresentada pela autora reforça o entendimento de que o século XXI que foi palco de grandes transformações tecnológicas e científicas em nada mudou as relações de trabalho das mulheres. As mulheres continuam trabalhando mais e ganhando menos, ainda que muitas vezes sejam mais qualificadas do que os homens⁴.

Dados do IBGE e estudos divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego mostram que, no mercado formal, as mulheres de todos os níveis de escolaridade ganham menos do que os homens com o mesmo grau de formação. As relações de gênero, conforme demonstra Scott (1990), são também relações de poder, porque estabelecem diferenças, assimetrias e hierarquias perante os sexos.

São estabelecidas mediante uma construção histórica e social, na qual relações complexas e de poder estão diretamente envolvidas, colocando as mulheres em posições inferiores. Por isso, ainda hoje, as desigualdades persistem nas diferenças salariais, as mulheres ganham em média 30% menos que o homem no exercício da mesma função e na segregação ocupacional, as mulheres estão concentradas em áreas pouco valorizadas, entre estas a educação.

⁴Enquanto 61,2% das trabalhadoras tinham 11 anos ou mais de estudo, ou seja, pelo menos o ensino médio completo, para os homens este percentual era de 53,2%. Destaca-se ainda que a parcela de mulheres ocupadas com curso de nível superior completo era de 19,6%, superior ao dos homens, 14,2%. Por outro lado, nos grupos de anos de estudos com menos escolaridade, a participação dos homens era superior a das mulheres (IBGE, 2010).



Quanto às questões de trabalho, o mundo globalizado, as novas descobertas científicas e tecnológicas alteraram as relações da produção, e o que vivenciamos nos dias atuais é uma grande preocupação com a formação do indivíduo para atender as necessidades do mercado (produção flexível). Com a reestruturação ocorrida nos meios de produção houve a transformação do trabalho, juntamente com as transformações organizacionais e tecnológicas.

Agora, com o trabalho flexível o trabalhador pode adquirir autonomia e iniciativa, reduzindo, portanto, a hierarquia, mas também pode intensificar o seu trabalho, já que existe uma grande pressão gerada pela obrigação de auto-gerenciamento dos trabalhadores e das exigências do just-in-time. Segundo MULLER (2006), para pesquisadores como CORIAT (1994) em seu livro *Pensar pelo avesso* e também PIORE e SABEL (1984) em *The Second Industrial Divide, Possibilities for Prosperity*, este processo seria favorável às condições de trabalho, pois tenderia a qualificar os trabalhadores, já que estes estariam sob “pressão” para realizar o seu trabalho da melhor forma possível. Mas, ainda segundo a autora, estes estudiosos voltaram sua análise exclusivamente ao trabalho masculino tomando-o como o trabalho universal e,

Os estudos começaram a mostrar, então, que estes autores eram cegos às relações de gênero no mercado de trabalho e que essas relações entre homem e mulher neste universo capitalista se recolocavam com a reestruturação. Ou seja, as mulheres passam a entrar maciçamente no mercado de trabalho. (MULLER, 2006).

Dessa forma, surge a dúvida se esse novo paradigma produtivo estaria oferecendo oportunidades para a mulher ampliar o seu espaço no mundo do trabalho e avançar para a igualdade de oportunidades com os homens, ou, se ele estaria re-significando e mantendo a segregação feminina nos setores econômicos e nos grupos ocupacionais nos quais elas sempre tendem a se inserir?

Como já verificamos, as mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho e têm uma crescente taxa de escolaridade, superando a dos homens, o que aparece como uma tendência. Mas continuam segregadas em algumas atividades e as diferenças salariais ainda são grandes entre homens e mulheres. Há um grande consenso entre os estudos em relação à desigualdade



entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho, os resultados corroboram o entendimento de que as mulheres ganham menos que os homens, mesmo realizando funções equivalentes as deles, o que sugere que o novo paradigma produtivo não reduz a segregação feminina nos setores econômicos.

Num primeiro olhar, com base na pesquisa realizada com os alunos do terceiro ano e a partir das experiências vivenciadas em sala de aula, os alunos da UEG pouco compreendem o conceito de “capital humano”, “alienação”, “produção flexível”, e tantos outros conceitos que ajudam a explicar as relações sociais e as políticas de cunho neoliberal. Da mesma forma não conseguem conceituar as relações de gênero, e pouco percebem as desigualdades manifestadas no cotidiano da rotina escolar.

Considerações Finais

As primeiras análises apresentadas neste artigo mostram que as mulheres vêm aumentando sua participação no mercado de trabalho e têm uma crescente taxa de escolaridade, superando a dos homens. Porém, continuam segregadas em algumas atividades e as diferenças salariais ainda são grandes entre homens e mulheres.

Entre estas atividades destacam-se as relativas ao cuidado, como saúde e educação formal, em que as mulheres ocupam mais de 80% dos postos de trabalho na atualidade. O que reforça a importância do debate sobre igualdade de gênero na sala de aula, principalmente no processo de formação dos formadores, como uma das formas de se enfrentar a desigualdade.

Nesta perspectiva, as primeiras análises lançam luz ao debate de gênero identificando as chaves analíticas para melhor compreender a dinâmica da participação da mulher no processo educacional e nas relações de trabalho, em tempos da produção flexível.

Referências

ALMEIDA, M. **Políticas educacionais e práticas pedagógicas: para além de mercadorização do conhecimento**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2005.





AFONSO, L.H.R. **Imagens de mulher e trabalho na telenovela brasileira(1999-2001): a força da educação informal e a formação de professores/as**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

APPLE, Michael. **Ensino e Trabalho Feminino: Uma Análise Comparativa da História e Ideologia**. *Cadernos de Pesquisa* São Paulo: n. 64, p. 14-23 fev. 1988.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Lei nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 de dezembro _____. **Lei Federal n. 8069**, de 13 de julho de 1990. ECA _ Estatuto da Criança e do Adolescente.

_____. CGEE, **Doutores Brasileiros Titulados no Exterior (1970 - 2014)**, 2016.

CORIAT, B. **Pensar pelo avesso**. Rio de Janeiro : UFRJ/Revan,1994.IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego – PME, **Mulher no Mercado de Trabalho: Perguntas e Respostas**. 08 de março de 2010.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

MULLER, Luana Elis. **Qualificação e Produção no Brasil: O debate atual**. 2006. Fls. 58 TCC. Universidade Estadual de Campinas.

PIORE, M e SABEL, C. **The Second Industrial Divide. Possibilities for Prosperity**. New York: Basic ,1984.

PLATÃO, **A República**.

RANGEL, M.L.N. O perfil dos estudantes do 3º ano de pedagogia da ueg - luziânia – 2016: um olhar para o futuro. In: **Anais do II SEPEC**. Luziânia: 2016.

SILVA, K. **Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as**. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora - MG. 2011.

UNESCO. **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.